



“O essencial é invisível aos olhos”? Essência e Aparência das Sociedades (Medievais)

Mário Jorge da Motta Bastos

Universidade Federal Fluminense, Rua Marcos Waldemar de Freitas Reis s/n, Bloco O, 5º andar, Campus do Gragoatá, 24210-201, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: velhomario@gmail.com

RESUMO. A racionalidade e o conhecimento crítico perderam boa parte do seu prestígio, amplificadas as suas dissensões internas. A História constitui, há algumas décadas, um campo intelectual marcado por dissensos variados. Diversa é a sua epistemologia, os referenciais teóricos e metodológicos que sustentam as suas operações, e até a ausência destes parâmetros em prol da suposta superação das amarras da objetividade e de qualquer anseio de alcance da verdade histórica. Neste artigo, evoco algumas dessas questões, em especial a perspectiva que segue presidindo a nossa medievalística e além. Concedendo aos agentes históricos, às suas concepções e visões de mundo a superioridade ‘gnosiológica’ na apreensão das suas sociedades, constitui-se a História como uma disciplina de base êmica que a reduz à reprodução acrítica das ideologias das classes dominantes de ontem e de hoje. Defendo uma epistemologia que reafirme a função última do conhecimento histórico, a compreensão objetiva das leis e tendências que regem o funcionamento e a transformação das sociedades humanas.

Palavras-chave: epistemologia; história científica; história medieval; essência; aparência.

“Is the essential invisible to the eyes”? Essence and Appearance of (Medieval) Societies

ABSTRACT. Rationality and critical knowledge have lost much of their prestige, and their internal divergences have become more pronounced. For some decades now, History has been an intellectual field marked by various disagreements. Diverse are its epistemology, theoretical and methodological frameworks that support its operations, and even the absence of these parameters supposedly in favor of overcoming the constraints of objectivity and any desire to achieve historical truth. In this article, I raise some of these issues, especially the perspective that continues to preside over our medieval studies and beyond. By granting to their historical agents, conceptions and worldviews, ‘gnosiological’ superiority in the understanding of their societies, History is constituted as an emic-based discipline that reduces it to the uncritical reproduction of the ideologies of the dominant classes of yesterday and today. I advocate an epistemology that reaffirms the ultimate function of historical knowledge, the objective understanding of the laws and tendencies that govern the functioning and transformation of human societies.

Keywords: epistemology; scientific history; medieval history; essence; appearance.

“¿Lo esencial es invisible a los ojos”? Esencia y Apariencia de las Sociedades (Medievales)

RESUMEN. La racionalidad y el conocimiento crítico han perdido gran parte de su prestigio, con sus disensiones internas amplificadas. La Historia, desde hace algunas décadas, es un campo intelectual marcado por variados disensos. Diversa es su epistemología, los referentes teóricos y metodológicos que sustentan sus operaciones, e incluso la ausencia de estos parámetros en pro supuestamente de la superación de las ataduras de la objetividad y de cualquier anhelo de alcanzar la verdad histórica. En este artículo, evoco algunas de estas cuestiones, en especial la perspectiva que sigue presidindo nuestra medievalística y más allá. Al conceder a los agentes históricos, a sus concepciones y visiones de mundo la superioridad ‘gnoseológica’ en la aprehensión de sus sociedades, la Historia se constituye como una disciplina de base émica que la reduce a la reproducción acrítica de las ideologías de las clases dominantes de ayer y de hoy. Defiendo una epistemología que reafirme la función última del conocimiento histórico, la comprensión objetiva de las leyes y tendencias que rigen el funcionamiento y la transformación de las sociedades humanas.

Palabras clave: epistemología; historia científica; historia medieval; esencia; apariencia.

Introdução

Nos tempos sombrios em que vivemos, toda iniciativa que ponha sob escrutínio histórico as concepções de verdade e de opinião prestará um serviço essencial à historicização do relativismo exacerbado que, do interior das próprias torres de marfim da academia, pôs em xeque a excelência do conhecimento científico e ajudou a fomentar o questionamento de sua primazia como instrumento superior de compreensão da realidade! Os cientistas, em geral, não estão isentos de responsabilidade pelas nuvens escuras e carregadas que encobrem o horizonte da civilização humana neste início de terceiro milênio, quando campeiam o negacionismo e a mais infame objeção a toda reflexão e conhecimento crítico racionalmente embasado.

O senso comum foi elevado à condição de instrumento superior de apreensão da realidade, e o irracionalismo desfila triunfante em vários setores responsáveis pela apreensão crítica do mundo e da realidade. Para quem tiver interesse – e estômago! – em conhecer um aterrorador, ainda que breve, inventário dos principais e diversos absurdos imperantes na atualidade, indico a leitura do artigo de Marcos Barbosa de Oliveira, quem nos refere:

Os casos mais importantes são o do aquecimento global, cuja existência, ou caráter antropogênico são contestados pelos negacionistas do clima; o da Teoria da Evolução, posta em dúvida pelos adeptos do criacionismo ou do design inteligente, e [...] o caso das vacinas, supostamente causadoras de autismo em crianças. Isso sem falar dos adeptos da teoria da Terra Plana, cujo número vem crescendo assustadoramente. Outro tipo de manifestação de perda de credibilidade da ciência é a proliferação de teorias conspiratórias e lendas urbanas, envolvendo total desrespeito pelas evidências. Quanto ao aquecimento global, às mudanças climáticas [...], creio ser desnecessário ressaltar a gravidade do problema: é o futuro da humanidade que está em jogo (Oliveira, 2018, p. 4).

Parece fazer todo sentido a máxima de que havia mais futuro no passado!

Mas, qual a situação do conhecimento crítico e sistemático da História em meio a tais ‘tendências’ reinantes? Não parece razoável supor que a apreensão da historicidade das sociedades humanas pudesse permanecer ao abrigo dos ‘revisionismos ideologicamente embasados’ que reinam nas mais variadas áreas de apreensão da realidade. Explico as últimas aspas: o conhecimento científico em geral, e a História em particular, são necessária e intrinsecamente autocríticos, sempre dispostos e inclinados a revisões de perspectivas que se superam, complexificando, aperfeiçoando, e transformando a apreensão dos objetos a que se dedicam. O enfrentamento crítico de todo conhecimento consolidado é condição *sine qua non* da evolução do próprio conhecimento, algo intrinsecamente positivo sempre que praticado com o rigor metodológico forjado ao longo de décadas pelo próprio campo científico. A crítica deve ser sempre do estado do conhecimento e visar o seu aperfeiçoamento, não a desqualificação da sua validade do esforço da sua produção.

Os ‘revisionismos’ a que me refiro aqui, contudo, servem primariamente, porque é o que visam, à desqualificação do conhecimento crítico sistemático e não ao seu desenvolvimento. Ideologicamente orientados, servem a projetos e perspectivas apriorísticas que, por o serem, tergiversam, quando não torcem e mesmo falseiam, em níveis diversos, as mais básicas regras e práticas constitutivas da produção do conhecimento crítico. Trata-se, pois, da promoção deliberada de embustes em prol da afirmação do irracionalismo como postura superior em face da complexidade da existência humana! Como destaca João Leonardo Gomes Medeiros,

Não há clichês suficientes para descrever uma situação social em que a razão foi percebida como etérea, como algo que pode ser exercido privadamente sem qualquer necessidade de legitimação social. Os filósofos de botequim e os charlatães laicos e religiosos parecem ter assumido a dianteira da formação ideológica da mesma forma como pecadores compulsivos tornaram-se teólogos e criminosos conhecidos ousaram proferir lições de boa conduta na política (Medeiros, 2021, p. 444).

Mas, seria equivocado supor que todas as mazelas provenham das ações e iniciativas de detratores ‘inimigos externos’. Há muito ‘fogo amigo’ operando a desqualificação do campo, seja pelo apoio à e valorização de perspectivas epistemológicas irracionistas (Cardoso, 2005) que neguem, por exemplo, à História profissional qualquer estatuto diferenciado na apreensão do ‘passado’, seja pela promoção de novas interpretações suas falseadas porque fundadas na manipulação e deturpação do próprio processo de produção do conhecimento. No âmbito maior da nossa disciplina no Brasil, o passado recente parece especialmente

dados aos revisionismos a que me refiro. Assim, em artigo publicado há já dez anos sobre o longo e tenebroso período do governo militar no Brasil, Demian Bezerra de Melo propunha-se a discutir o emprego de uma noção que, travestida de ‘renovação conceitual’, acabaria por fragilizar a compreensão da atuação efetiva de agentes históricos específicos naquele contexto.

A partir da constatação trivial de que tanto na operação do golpe de Estado quanto na condução da ditadura houve participação importante de setores não-fardados em posições relevantes, esta idéia busca definir tal situação a partir do termo ‘civil-militar’ adjetivando tanto o golpe de 1964 quanto a ditadura que se seguiu. A partir de um apanhado na literatura, procura-se apontar as insuficiências e os desdobramentos mistificadores que tal noção encerra, [...] por não ser capaz de dar conta dos nexos reais que articularam o grande capital monopolista com o aparelho de Estado naquela quadra histórica (Melo, 2012, p. 39, grifo do autor).

Quanto à nossa área mais específica de atuação no campo da disciplina, uma certa história da Idade Média vem servindo de base de apoio por excelência a grupos de extrema direita no mundo e no Brasil, como suposto e decantado período de formação dos valores judaico-cristãos ocidentais e de predomínio do *white-power* na luta contra os infiéis e hereges. A lema cruzadístico ‘*Deus vult – Deus assim o quer*’, foi emitido diversas vezes nos últimos anos, inclusive por autoridades do governo brasileiro (Pachá, 2019). Tendo que enfrentar, desde os primórdios da constituição do campo, as muitas ‘lendas’ deformadoras elaboradas acerca da Idade Média – tanto a obscurantista quanto a romantizada –, permito-me supor que os medievalistas estejam, por (de)formação, especialmente capacitados à frequência cotidiana da verdadeira lição onde se travam os torneios de apropriações do passado, prontos para o confronto com os extemporâneos ‘cruzados’ de hoje.

A nossa disciplina constitui – o que é testemunhado inclusive pela diversidade de perspectivas que a caracteriza hoje – uma arena de conflitos entre projetos opostos de síntese de passado e presente, e de desejo de futuro. Afirmando que nossa mais essencial responsabilidade reside em denunciar com veemência qualquer suposta ‘inevitabilidade do presente’, de que esse se tornou tal como é dada à falta absoluta de alternativas e da unilateralidade que caracterizariam o processo histórico. Mas, como promover a denúncia? Desvelando em cada passado as suas diversas alternativas de futuro, as possibilidades de devir que continham e que foram vencidas e superadas pela corrente dominante que se impôs à História. Todo e qualquer ‘ponto fixo’ que se considere no fluxo temporal embute em si futuros diversos possíveis – no plural e em aberto –, em disputa, e, portanto, nenhum devir é inevitável.

Assim, aquilo a que de maneira muito genérica nos permitimos referir como ‘passado’ é objeto de uma intensa disputa em cada ‘presente’, que dele pretende se apropriar em prol da afirmação do seu próprio sentido. E essa disputa não se dá num vácuo qualquer, mas no próprio campo da historiografia, fomentando revisionismos diversos e sistemáticos de diferentes matizes. De minha parte, sem pretender me pôr ao abrigo de minha própria cota de convivência com o estado de coisas reinante abordarei, na sequência, uma questão central que a temática me evoca. Refiro-me ao que me parece constituir uma tendência marcante em nossa medievalística, de certo decorrente da autoridade enorme de que gozou entre nós as premissas orientadoras da História promovida pela chamada ‘terceira geração’ dos *Annales*, mais claramente manifesta por um de seus mais destacados discípulos, Alain Guerreau, ao qual retornarei. Trata-se do que refiro como a primazia concedida aos ‘medievais’ na apreensão da sua própria realidade, tornando-os ‘analistas’ superiormente autorizados a nos ensinar como se estruturavam efetivamente as sociedades que reproduziam ao viverem. Duas advertências iniciais me parecem, contudo, necessárias.

Em primeiro lugar, tenhamos em mente que é bastante incomum que historiadores explicitem, em suas obras, as perspectivas teóricas gerais ou específicas que orientam suas análises. Normalmente, dedicam pouco espaço à teoria, incluindo aquela que fundamenta seus próprios trabalhos. Entre eles, os medievalistas também tendem a não apresentar de forma clara e nem mesmo nomear as abordagens mais específicas que guiam suas análises. Raramente um historiador inicia o estudo de um tema da História Medieval explicando, ainda que minimamente, sob qual perspectiva está trabalhando. Por exemplo, para o que aqui me interessa, qual a natureza do papel que atribui, em sua abordagem, aos parâmetros e referenciais internos da própria sociedade estudada, como suas concepções de mundo e de sociedade, expressões e visões intrínsecas? Constituirão imediatamente o essencial da caracterização daquele objeto, ou uma matéria-prima bruta que só poderá vir a sê-lo após criticada, afrontada, ‘des-torcida’ para que, exaurida nos seus limites, nos permita apreender o objeto na sua máxima complexidade?

Em segundo lugar, não me parece exagero admitir que a História, nossa disciplina, talvez encabece o rol dos saberes sistemáticos cujo vocabulário corrente aparenta ser um dos menos técnicos em sua conformação.

Qualquer pessoa que tenha ‘enfrentado’ um *paper*, por exemplo, da área da Botânica, terá constatado a mobilização de um universo vocabular caracterizado por elevado grau de tecnicidade, circunscrito em grau elevado no seu emprego ao campo específico de conhecimento daquela ‘fatia da realidade’. Já a História é feita, em todo o mundo que a promove, essencialmente com base no vocabulário corrente das diversas línguas nacionais. Assim, as palavras que os historiadores mobilizam correntemente em seus discursos tendem a possuir uma carga elevada de acepções diversas e correntes cristalizadas pelo uso e pelo seu ‘consumo’ generalizado. Em suma, o vocabulário da História é polissêmico até a sua raiz, carregado pelo peso de décadas e até de séculos de usos correntes que esgarçam ao extremo os sentidos das palavras.

Aparência e Essência

Isto posto, convém começarmos por recuperar os sentidos predominantes dicionarizados do emprego cotidiano do binômio que integra nosso título, ‘essência’ e ‘aparência’. No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* destacam-se, quanto ao nosso primeiro termo da relação, duas acepções básicas da palavra que merecem destaque aqui. Assim, o substantivo feminino ‘essência’, em sua primeira acepção, é definido como “[...] aquilo que é o mais básico, o mais central, a mais importante característica de um ser ou de algo, o que lhe confere uma identidade, um caráter distintivo” (Houaiss et al., 1986, p. 1241). Na quinta acepção do verbete, ‘essência’ se traduz como a própria ‘existência’ (Houaiss et al., 1986, p. 1242). Por seu turno, o substantivo feminino ‘aparência’ mobiliza, dentre as acepções registradas no mesmo dicionário, dois sentidos fundamentais que retenho: o primeiro identifica a ‘aparência’ como a “[...] configuração exterior de (alguém ou de algo), aquilo que se mostra imediatamente; o segundo a refere como exterioridade enganosa, falso indício, ilusão, por oposição à realidade” (Houaiss et al., 1986, p. 652).

Do exposto, parece razoável concluir primariamente que em nossa língua corrente, ‘essência’ e ‘aparência’ se situam em polos opostos, extremos antagônicos em que a ‘essência’, identificada à ‘realidade’, opõe-se à ‘aparência’ na sua condição de aspecto exterior da coisa, uma manifestação limitada sua, restrita e parcial. Algo que parece, mas não é! O uso do termo ‘aparência’ denota uma clara desconfiança, sugerindo que o aspecto externo de algo pode esconder seu interior, aquilo que ele realmente é. Nesse sentido, aparência e essência (ou realidade) seriam elementos distintos, uma vez que a primeira tende a disfarçar, ocultar ou até desviar o esforço de compreensão da segunda. Essa ideia é reforçada por um conhecido ditado popular: ‘As aparências enganam!’

Contudo, essa perspectiva dicionarizada, apesar de corrente e predominante, parece ignorar uma outra acepção que reduz a oposição referida entre os termos, com base em uma vertente neutra e que parece etimologicamente mais correta. Por essa via, essência e aparência são, ambos, expressões da realidade, níveis distintos seus potencialmente articulados na manifestação do real. Ademais, e contrariando o dito popular, nem todas as aparências enganam, pois há as que são idênticas à coisa, que nesse caso se manifesta ou aparece tal como é. Deixo, desde já, anunciado que, para os objetivos desta exposição, a aparência é aparência enganosa, mas ela é tão efetiva como a realidade que deforma, oculta ou mascara.

Segundo José Ferrater Mora (1979, I, p. 175), a perspectiva predominante que consiste em distinguir entre aparência e realidade decorreria de dois motivos principais. Em primeiro lugar, há realidades que, se à primeira vista se manifestam ou parecem ser de uma certa forma, quando submetidas a uma análise mais detida e cuidadosa se revelam de modo bem distinto daquele pelo qual se fazem inicialmente apreender. Em segundo lugar, conhecer um fenômeno consiste em explicá-lo, o que envolve estabelecer como e por que ele aparece de uma certa forma, especialmente quando essa forma é, ao menos à primeira vista, enganosa. Porém, sejamos claros aqui: quando isso ocorre, é a própria aparência que é enganosa, e não o testemunho dos nossos sentidos.

Vejamos, e um exemplo simples talvez facilite a compreensão do tema. Lembra-se, leitor(a), de ter alguma vez observado um pedaço de madeira submerso na água? O que ocorre? Mesmo que esteja inteiro, ele nos dá a impressão de estar torcido, quebrado. Isso não é o resultado de um erro do nosso sentido (a visão), que se equivocaria ao apreender a madeira daquela forma. Ainda que a madeira, de fato, não esteja quebrada, as leis da refração da luz nos apresentam aquele pedaço de madeira submerso dessa forma. Esse exemplo nos ensina que a aparência também é propriamente real, tão real quanto a própria coisa, ainda que constitua um tipo diferente de realidade que poderíamos designar por aparente. Ela não é, portanto, ilusória, ou seja, resultante das limitações e debilidades da capacidade de apreensão de nossos sentidos. Em sendo a aparência também uma expressão do real, retenhamos desde já que ela demandará um esforço de explicação, sobretudo quando o nosso anseio intelectual consiste na apreensão da própria realidade.

Essas breves referências já nos permitem suspeitar dos elevados níveis de controvérsia que o tema mobiliza. Ora, o tema da aparência e da essência possui uma longa tradição filosófica que, por limitação de espaço e de capacidade intelectual, reduzirei temerariamente a algumas breves referências que nos permitam reconhecer as suas principais expressões. Desde os seus primórdios, a metafísica ocidental, com Parmênides, distinguiu um mundo essencial e verdadeiro e um mundo aparente que encobria/revelava o primeiro (Beltrán Villalva, 1982). O filósofo deveria se concentrar no ser e precisaria, por outro lado, distinguir o ser das aparências, já que a vertente do ser seria a única capaz de conduzir à verdade, ao permanente, ao essencial, ao passo que a via da opinião nos mantém no erro ao nos fazer confundir a essência com as aparências.

A tensão entre essência e aparência instituída pelos filósofos gregos pré-socráticos romper-se-ia a partir da sofística e de Platão, que isolou radicalmente a essência da aparência. Restrita, essa, ao mundo sensível, a essência foi projetada a um mundo separado, o mundo superior das ideias. Essa separação seria mantida e avolumada pelo pensamento cristão, que identificou a essência com Deus e a aparência com as suas criaturas. Em seguida, a perspectiva aristotélica reinterpretou as ideias platônicas como as essências intrínsecas às próprias coisas, a natureza própria de cada coisa, aquilo que a faz ser o que é segundo o sentido original de *physis* dos pré-socráticos (Beltrán Villalva, 1982).

Essa noção aristotélica de essência dominou todo o pensamento medieval, que complexificou o problema da relação entre essência e aparência com o problema da relação entre a essência e a existência das coisas, entre o que uma coisa é e o próprio fato de que seja. As conotações teológicas desta problemática são evidentes já que, ao contrário de Deus, cuja essência consiste em existir, em relação aos seres da sua criação haveria uma distinção entre a sua essência e a sua existência.

A relação entre essência e aparência receberia um enfoque completamente distinto por parte da filosofia transcendental de Immanuel Kant, que interpreta a aparência como fenômeno. Seu enfoque privilegia o momento da aparência do fenômeno e reduz a essência a uma mera coisa em si cognoscível. A realidade dos fenômenos, sua essência, não pode ser captada por uma intuição sensível, mas só é acessível mediante uma representação que Kant designa por ideia e que é transcendente. A apreensão da complexidade sistemática dos fenômenos só é possível pela razão e não pelo entendimento, sobrepassando assim a experiência. O mundo como ideia é transcendente, sobrepassa os fenômenos, dos quais constitui sua totalidade complexa e sistemática (Kant, 1987).

Caberia ao idealismo absoluto hegeliano a iniciativa de reverter a radical cisão entre essência e aparência, entre realidade e fenômeno. Segundo o filósofo, a essência se dá necessariamente através da aparência, que esgota plenamente a primeira. A essência interior consiste em fazer-se externa, e esta revelação dá lugar à aparência. Assim, a essência consiste precisamente apenas em ser o que se revela. A unidade do interno e do externo, da essência e da aparência, é a realidade (Borges, 1998).

Friedrich Nietzsche recolocaria, a seu modo, a dualidade essencial da metafísica ocidental. A aparência é um indício do real. O filósofo retornaria aos pré-socráticos ao defender um único mundo no qual a aparência e a realidade estão unidas em uma tensão fecunda, mais do que opostas em uma cisão irremediável, como no platonismo. A inversão da perspectiva platônica instaura um mundo de simulacros que substitui a dualidade entre um mundo original e essencial e um mundo de cópias, de aparência (Neves, 2024).

Concluindo este breve excursus, considera-se que o pensamento pós-moderno promoveu um intenso ataque à distinção entre essência e aparência. Ironicamente, porém, ao fazê-lo, o pós-modernismo corre o risco de ser confundido com a perspectiva unidimensional do positivismo que também elimina essa distinção. Como destaca Herbert Marcuse (Manieri, 2007), para o positivismo a realidade absoluta consiste nos fatos, o que o leva a conceber um mundo unidimensional no qual não cabe o recurso crítico à categoria de essência, que foi aplanada e estampada nos próprios fatos, que ficam então privados de qualquer possível transcendência.

Segundo o filósofo pós-moderno Jacques Derrida (Domingues & Maciel, 2019), se a forma da oposição, a estrutura oposicionista, é metafísica, a relação da metafísica com um outro não pode ser de oposição. Aplicado ao nosso tema, isso implicaria que em lugar de opor-se frontalmente à estrutura essência-aparência, anulando-a de forma positiva e idealista, talvez seja mais adequado jogar ironicamente com ela, aceitando que se possa opor às aparências atualmente existentes uma essência construída, provisória, que nos sirva para obter outras aparências a serem submetidas novamente ao mesmo processo, e assim sucessivamente. Não há uma essência a ser desvelada de uma vez por todas, mas muitas aparências a transformar, o que só é possível pela renúncia a essa distinção, ainda que ela seja provisória e historicamente estabelecida.

Perspectivas êmica e ética

A essa altura, convém esclarecer aos ouvintes que minha questão aqui não é de natureza ontológica, mas, por assim dizer, epistemológica. Não sou movido por qualquer intenção de definir o que seja a realidade (social), mas pelo anseio de estabelecer quais expressões suas devem ser consideradas quando se visa à sua apreensão! Como historiador, e de uma sociedade remota, devo tomar essencialmente como expressão das suas aparências os conteúdos registrados e projetados até nós pelos documentos de época? De sociedades tão remotas, tão outras no tempo, a aparência deverá ser tomada como expressão unívoca da realidade social de então? Ou devemos conceber as relações sociais em tais sociedades tão transparentes a ponto de que as fontes expressem em grau elevado a essência da realidade de época?

Se a realidade social é capaz de se manifestar, ao menos certas vezes, tal como é, e em tantas outras ela o faz por meio de aparências limitadas ou mesmo enganosas, decorrem daí três posições possíveis e distintas acerca do tema (Beltrán Villalva, 1982). A primeira, focada radicalmente na coisa tomada como o ser mais real, seja ela um estado, um objeto, uma situação ou um processo, considerará que sua aparência, em sendo uma expressão enganosa, configura-se como mera representação, mera ilusão que deve ser desprezada ou superada para que se atinja a realidade da coisa; se essa está mascarada, é necessário desmascará-la e ater-se exclusivamente a ela tal como é na realidade. A segunda posição tomará a representação ou fenômeno como a única realidade da coisa, opondo-se a qualquer perspectiva de que haja diferenças entre a sua realidade e a sua aparência; o que existe é o que parece existir. A fundamentação possível dessa posição residirá ou na premissa de que não existe uma realidade em si, oculta pelas aparências, ou de que, em existindo, ela seja incognoscível, inacessível à observação e ao conhecimento.

A terceira posição, por fim, parte da perspectiva de que efetivamente as coisas – ou ao menos algumas dentre elas – não são o que parecem, mas considera que quando ocorre a distinção entre a realidade e a sua aparência, ambas são reais, i.e., fazem parte da realidade. Essa inclui, poderíamos dizer, para simplificar, a realidade-real – a coisa como é na realidade – e a realidade-aparência – a coisa como se apresenta –, e que o conhecimento da realidade em sentido amplo envolve o conhecimento de ambas. Mas, por quê? Porque tanto a coisa como ela é – e que só é acessível através de um processo de desmascaramento – quanto a sua aparência ou máscara produzem efeitos na realidade, são ambas reais em seus efeitos. Diria que essa terceira posição é a que me orienta em minha prática como historiador.

Se, por um lado, a própria realidade é promotora de suas aparências e disfarces, não cumprirão muitos historiadores o papel de guindá-las à condição de expressão única do real que abordam? Seremos, então, os sumos guardiões das aparências? Mistificadores essencialmente, portanto? Clio se revela num espelho que lhe deforma e obscurece a sua verdadeira face? A realidade, por si mesma, não é transparente nem tampouco imediatamente cognoscível: o que apreendemos imediatamente dela é o que ela apresenta a nossos sentidos. Como destaca Karl Marx em uma passagem famosa de *O Capital*, “[...] toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas [...]” (Marx, 2013, p. 1080).

Se a aparência dos fenômenos, imediatamente manifesta a nossos sentidos, e a sua essência se identificassem sempre plenamente, bastaria à nossa espécie existir e deixar fruir naturalmente aos nossos sentidos o acesso imediato ao conhecimento pleno e verdadeiro da realidade em que nos inserimos. Penso que, no nível da nossa existência cotidiana e da nossa sociabilidade corrente, o intelecto dos seres humanos historiadores tenha plena percepção deste fato. Mas, será que ele segue nos pautando quando vestimos o uniforme e nos dispomos à lida nos nossos gabinetes de trabalho?

A perspectiva dialética

Para Karl Marx, a condição mínima indispensável a toda atividade que aspire ao status científico consiste em desvendar a realidade que existe além da aparência que a oculta, sendo esse o requisito geral de qualquer conhecimento válido. Podemos considerar, com Norman Geras (1977, p. 52), que são as propriedades do objeto de estudo marxiano que “[...] exigem imperiosamente que as aparências sejam destruídas se a realidade há de ser captada corretamente”. Neste ponto, é necessário lembrar que, para Marx, a teoria é a reprodução ideal do movimento real do objeto, como está escrito no prefácio à segunda edição do primeiro livro de *O Capital*: “[...] a investigação tem de se apoderar da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, de perquirir a conexão íntima que há entre elas” (Marx, 2013, p. 28).

Páginas à frente na mesma obra, Marx indica novamente a prioridade do objeto (da matéria) em face da teoria quando expõe as diferenças de sua dialética em relação à de Hegel:

Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (Marx, 2013, p. 30).

Por isso, a ciência não é nem um pouco ‘criativa’; ela não produz o seu objeto, mas tão somente o reproduz. O objeto está posto pela própria dinâmica do real.

Ora, é a própria sociedade capitalista que se caracteriza por uma certa opacidade, de forma que é ela própria que impõe a necessidade de uma metodologia de análise que penetre a aparência para desvendar a realidade de sua essência. Em seguida, como que em sentido contrário, será possível demonstrar porque aquela realidade assume a sua aparência característica. O exemplo ilustrativo da perspectiva mais famoso que podemos referir remete à doutrina marxiana do fetichismo da mercadoria, pela qual aborda os mecanismos mediante os quais a sociedade capitalista aparece necessariamente a seus agentes como algo distinto daquilo que ela realmente é.

Apesar do vigor desta referência, partilho a opinião de Miguel Beltrán Villalva de que as teses de Marx se fundamentem em considerações muito mais gerais, que assim transcendem o caso do fetichismo e da sociedade capitalista. Esse não constitui o contexto histórico exclusivo em relação ao qual o cientista social, por lidar com uma aparência enganosa como aparência necessária, deve assumir uma atitude crítica que lhe permita atingir a realidade plena do fenômeno que estuda, cuja essência, uma vez revelada, desvela a própria aparência manifesta.

Como destaca Beltrán Villalva (1982, p. 35), “[...] não é apenas na sociedade capitalista que a mistificação da realidade atua como fator de legitimação, mas em toda as sociedades passadas e presentes, e não digamos futuras para não fechar a porta à utopia”. O fenômeno parece geral, pois, intrínseco às sociedades humanas nas suas mais diversas dimensões espaço-temporais. Convém registrar, de qualquer forma, que em suas abordagens Marx parece reconhecer uma diversidade de grau, e talvez mesmo de natureza, nas manifestações históricas do fenômeno em questão. Assim, para Emilio Lamo de Espinosa (1981, p. 51), por exemplo, “[...] a passagem do modo de produção feudal ao capitalista é, no que se refere à manifestação da aparência, uma passagem da transparência ao fetichismo e à mistificação”. Parece-lhe, então, que as relações sociais fossem comparativamente mais transparentes aos sujeitos históricos na sociedade medieval do que o seriam naquela que a superou historicamente.

Mobilizarei, na sequência deste artigo, as minhas considerações prévias em algumas reflexões finais sobre o estudo de nosso objeto, a sociedade medieval. Parece-me bastante evidente que os registros históricos que embasam nossa aproximação com o contexto em questão constituam veículos que, mais ou menos encharcados de ideologias, expressam essencialmente visões de mundo parciais, circunscritas, parcialidades prenhes de posições de classe, de gênero, faixa etária etc. Assim, em que pese o potencial maior ou menor de aceitação e disseminação social de suas perspectivas na época, de generalização de suas concepções, os documentos históricos são uma porta de acesso ao conhecimento das sociedades ao veicularem preponderantemente a aparência que a realidade social assumia especialmente para certas frações e grupos que a integravam, antes do mais os setores de suas classes dominantes.

Não convém aos historiadores perder de vista o teor predominante dos registros que manipulam nos seus laboratórios, e que nos permitem enxergar, por intermédio de lentes muito precárias e distorcidas, a aparência que o real assumia especialmente para certos segmentos das sociedades que abordamos. Tal proposição não visa, de forma alguma, desabonar nossa conduta e desacreditar nossa função, a que referi em outro lugar como sendo a de ‘prospectores do presente’. Porém, é essencial reconhecermos que nossa matéria-prima assume essa condição essencial, que consiste em, ao mesmo tempo, exprimir a realidade e confundi-la, tergiversar a sua realidade essencial menos como iniciativa mistificadora deliberada e mais como expressão de uma perspectiva condicionada por determinações sociais de diversa origem.

Todos sabemos que a História constitui, nos dias que correm, um campo intelectual configurado por um dissenso predominante acerca da natureza do seu conhecimento, das perspectivas de sua formulação e dos limites de seu potencial de percepção dos fenômenos que aborda. Diversa é a sua epistemologia, seus campos e subcampos de especialização, os referenciais teóricos e metodológicos que sustentam as suas operações, sendo até mesmo admitida a (suposta) benéfica ausência de todos esses parâmetros em prol de uma prática historiográfica livre das amarras da objetividade. A História pode até ser concebida como uma ‘arte de

reinventar o passado', uma 'construção literária' e 'discursiva' liberada de entraves e limites potencialmente impostos por demandas referenciadas por qualquer anseio de alcance da verdade histórica. De minha parte, defendo e propago uma epistemologia que, pautada pelo Marxismo e pelo Realismo Crítico, reafirme a função última do conhecimento histórico, a compreensão objetiva das leis e tendências que regem o funcionamento e a transformação das sociedades humanas, em especial a do medievo ocidental.

Predomínio êmico no medievalismo

Herança duradoura da terceira geração do *Annales*, como já destaquei, seguem predominando, nas abordagens do medievo, uma perspectiva êmica (Kottak, 2006; Xia, 2011) que, insistindo na radical alteridade constitutiva das sociedades medievais em relação às de seus estudiosos (as nossas, no caso), investe no seu escrutínio 'a partir de dentro'. Assume-se ou privilegia-se, assim, o(s) ponto(s) de vista dos 'nativos', operando-se com esquemas de compreensão intrínsecos à própria sociedade estudada pela mobilização das categorias da sua própria cultura e visão de mundo. Tal posição é assumida em detrimento de uma perspectiva identificada como 'ética', isto é, em que as abordagens são orientadas pela promoção de uma espécie de 'tradução' dos elementos da 'cultura' analisada às categorias e conceitos que informam o contexto do pesquisador. Esse abordaria o objeto sobre o qual se debruça a partir de seus próprios esquemas de análise e interpretação, ou seja, 'de fora' (como *outsider* que é) da sociedade em questão.

É francês o medievalista a quem cabe a defesa mais enfática da orientação predominante que acabo de assinalar. Refiro-me a Alain Guerreau e à sua tese, apresentada em obras diversas (Guerreau, 1980, 2001), da 'dupla fratura conceitual' que, ao operar-se no século XVIII, teria posto em xeque a nossa capacidade de percepção do passado medieval. O advento da sociedade burguesa, com as transformações que desde então tiveram lugar, teria rompido os nexos com aquele passado, privando-nos das suas categorias de apreensão do mundo e da capacidade de dialogar com ele: as realidades foram cindidas, suas instituições desfiguradas, promovendo-se ruptura tão brutal e extrema que a interlocução teria passado a promover, no máximo, diálogos de surdos. 'Nós' e os 'medievais' não partilharíamos sistemas de pensamento e nem sequer falamos línguas mutuamente compreensíveis!

Assim, a imposição à Idade Média de categorias e esquemas de interpretação estranhos ao próprio contexto configuraria um erro primário que levaria à deformação incontornável das representações que fazemos daquelas sociedades. Em um texto célebre (Guerreau, 2001), o autor chega a insinuar que a tradução das expressões latinas de época às nossas línguas correntes promoveria uma completa perda de significado e, com ela, a incompreensão da potência daquelas palavras. Lamentando ser breve na minha crítica, digo-lhes que a postura em questão constitui, a meu juízo, um equívoco enorme, promotor de vários contrassensos e limitações.

Antes de mais, deriva dela, em grande parte, uma mística ou fetiche da documentação manifesto em muitas das proposições correntes de retorno às fontes, à sua exegese hermenêutica que reina em nossa medievalística. Ora, as fontes não são fragmentos de verdade, registros fiéis e efetivos de um passado pleno em relação ao qual devemos nos vergar maravilhados, boquiabertos e emudecidos. São enunciações parciais, tanto reveladoras quanto sublimadoras das porções do real a que se referem, tanto promotoras quanto limitadoras do conhecimento da sociedade de que emanam. Seus discursos divulgam a aparência superficial das relações sociais tal como se apresentavam para os indivíduos que nelas estavam imersos, e confundem tal aparência com a essência que estruturava aquela mesma sociedade em suas relações sociais estruturantes.

Se admito, com Guerreau, as profundas transformações que marcaram o advento da sociedade burguesa industrial, não creio que dele resulte um 'prejuízo epistemológico' que teria deprimido a nossa capacidade de apreensão da sociedade medieval. Ao contrário, a possibilidade da História profissional decorre justamente desse processo! Foi tal 'fratura' que nos inscreveu numa 'economia política'¹ (Fontana, 1998) estranha às mistificações da ordem feudal e nos possibilitou abordá-la com condições de percepção e instrumentais verdadeiramente críticos. Nosso 'ponto de disposição' no devir do tempo e nossas potencialidades de 'projeção temporal' são uma condição da História que fazemos, e são uma vantagem. Nossa função é 'traduzir' o passado em bases compreensíveis para a assimilação do próprio presente, o que decorre dos contrastes e das assimilações entre ambos, assim como a tarefa da antropologia clássica não é explicar as sociedades primitivas para os primitivos, mas para as sociedades nas quais atuam os antropólogos. Trata-se sempre de um conhecimento produzido em prol do outro que somos nós, e do presente em curso visando elucidá-lo.

¹ "Uma explicação do sistema de relações [...] que serve para justificá-las e racionalizá-las – e, com elas, os elementos de desigualdade e exploração que incluem –, apresentando-as como uma forma de divisão social de trabalhos e funções [...]" (Fontana, 1998, p. 7).

Ademais, a radicalização da perspectiva da ‘fratura conceitual e epistemológica’ pode nos levar a um prejuízo maior – aqui reside, em meu juízo, o ponto essencial –, o de suprimir o sentido da articulação temporal na longa duração histórica. Quando insistimos na ‘fraturada’ alteridade do medievo abdicamos da percepção do trânsito temporal, e o pior resultado dessa perspectiva não é tanto a deformação do passado, mas a impossibilidade de apreensão da constituição do presente como resultado do processo histórico, reduzindo-o a mera contingência! As sociedades medievais são uma radical especificidade que se constituem, no entanto, como realização histórica específica de elementos estruturantes fundamentais da sociabilidade humana em todos os quadrantes espaço-temporais de nossa existência.

Ali, homens e mulheres reproduziram sociedades, se organizaram para produzir, foram submetidos à exploração, desenvolveram formas de luta e resistência, enfim amaram, sofreram, viveram, morreram..., dando ensejo a manifestações específicas de experiências constitutivas de nossa humanidade. A abordagem de qualquer fatia de duração temporal deve superar as perspectivas êmica e ética em prol da dialética (Rosa & Orey, 2012), que retenha à partida as representações produzidas no âmbito daquela sociedade – afinal, é o que as fontes primárias nos revelam, sua(s) ‘autoimagem(ns)’ – submetendo-as a uma rigorosa crítica interpretativa que mobilize os referenciais teóricos e os instrumentos de análise que seguimos aperfeiçoando na prática da nossa disciplina.

Considerações finais

Enfrentemos, à guisa de exemplo final, as brumas da aparência manifesta na classificação da natureza tripartida da sociedade medieval. Duas frases latinas, eco uma da outra, nos divulgam a imagem de uma sociedade perfeita, pioneiramente expressas nos primórdios do século XI por Adalberão, bispo de Laon, e Gerardo, bispo de Cambrai:

Tripla é, pois, a casa de Deus que se crê uma: embaixo, uns rezam (*orant*), outros combatem (*pugnant*), outros ainda trabalham (*laborant*); os três grupos estão juntos e não suportam ser separados; de forma que sobre a função (*officium*) de um repousam os trabalhos (*opera*) dos outros dois, todos por sua vez entreajudando-se (Duby, 1994, p. 9).

E a segunda:

Demonstrou-se que, desde a origem, o gênero humano se dividiu em três: as gentes de oração (*oratoribus*), os agricultores (*agricultoribus*) e as gentes de guerra (*pugnatoribus*); fornece evidente prova de que cada um é o objeto, por parte dos outros dois, de um recíproco cuidado (Duby, 1994, p. 10).

Três funções, destaca Georges Duby em sua obra magistral, todas elas semelhantemente conjugadas. Visão sublimada, ideológica na perspectiva do autor, ela tanto escamoteia quanto revela. Revela que, nesta sociedade, eram os lotes de terra, a parcela camponesa familiar a unidade produtiva básica e essencial, numa economia predominantemente agrícola, ainda que tenha sido considerável a importância da solidariedade aldeã consolidada pela execução de tarefas coletivas. Escamoteia a condição fundamental dos produtores diretos, que mantinham acesso estável aos meios de produção (em parte propriedade, em parte arrendamento), o que implicava em que a extração dos excedentes produzidos acima do nível de subsistência sob a forma da renda feudal demandava, no mínimo a par da admissão pelos camponeses da suposta reciprocidade que movia o sistema, o emprego de formas diversas de coação extraeconômica pela classe dominante, destacando-se a violência estrutural intrínseca à reprodução ampliada do sistema.

Revela a assimilação formal das classes sociais fundamentais daquela sociedade sob a manifestação generalizada e característica da personalidade essencial das relações sociais, confundindo as relações de dependência que vinculavam as famílias camponesas aos senhores – campo das relações sociais de exploração – com a subordinação pessoal que articulava internamente a classe dominante feudal, mistificando a diferença essencial entre vassalagem e servidão. Que as fontes de época operem essa indiferenciação parece-me configurar apenas o sentido dominante das projeções documentais; mas que o sigam fazendo ainda hoje vários historiadores revela tanto o seu pendor para a mistificação quanto o fato de que fazem História a partir de posições políticas que projetam mesmo sobre os mais longínquos passados aos quais se dediquem.

Mascara, por fim, que a suposta solidariedade de raiz divina que congregaria às distintas ordens no apoio mútuo sistemático que visava ao bem coletivo estava assentada na violência senhorial, inclusive simbólica, intrínseca porque estrutural ao sistema, ocultando em especial o fato que as contradições que o atravessavam deram lugar corrente a cotidiana manifestação da resistência camponesa, não poucas vezes manifesta na explosão de revoltas. Talvez seja essa, penso eu, a obliteração mais nefasta que as abordagens idealistas e

identificadas com a posição e a ideologia das classes dominantes de outrora imponham ao nosso próprio presente, o suposto de que os sistemas de dominação que caracterizam a História não carreguem necessariamente, como expressão da dialética que é a natureza sua, as formas de resistência que lhes são opostas. Assim, e por fim, como registrou Walter Benjamin (Löwy, 2005) em época outra talvez quase tão sombria como a que vivemos, se sequer os nossos mortos estão em segurança, o que se dirá de nós vivos que vamos tentando sobreviver. O historiador não é tributário de uma visão do passado, mas de um desejo do futuro. Alheios a tal perspectiva, seremos incapazes de disputar a consciência histórica no presente, incapazes de falar de História com aqueles cuja audição é factível por serem capazes de nos ouvir. Do contrário, seguiremos tentando dialogar com os mortos...

Disponibilidade de dados

Não se aplica

Referências

- Beltrán Villalva, M. (1982). La realidad social como realidad y apariencia. *Reis*, 19, 27-53. <https://doi.org/10.5477/cis/reis.19.27>
- Borges, M. L. A. (1998). *História e metafísica em Hegel: sobre a noção de espírito do mundo*. EDIPUCRS.
- Cardoso, C. F. (2005). *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Edusc.
- Domingues, G. B., & Maciel, J. C. (2019). Jacques Derrida: comentários à metafísica e (des)concepções. *Revista Urutagua: Revista Acadêmica Multidisciplinar*, 37, 53-73. <https://doi.org/10.4025/revurut.vi37>
- Duby, G. (1994). *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Editorial Estampa.
- Ferrater Mora, J. (1979). *Diccionario de Filosofía* (4 vols.). Alianza Editorial.
- Fontana, J. (1998). *História: análise do passado e projeto social*. Edusc.
- Geras, N. (1977). Marx y la crítica de la economía política. In R. Blackburn (Org.), *Ideología y ciencias sociales* (pp. 30-58). Grijalbo.
- Guerreau, A. (1980). *Le féodalisme: Un horizon théorique*. Sycomore.
- Guerreau, A. (2001) *L'avenir d'un passé incertain*. Quelle histoire du Moyen Âge au XXIe siècle? Éditions du Seuil.
- Houaiss, A., Villar, M., & Franco, F. M. M. (1986). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Objetiva Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia.
- Kant, I. (1987). *Crítica da razão pura* (Vol. I). Nova Cultural.
- Kottak, C. P. (2006). *Mirror for humanity. a concise introduction to cultural anthropology*. McGraw Hill.
- Lamo de Espinosa, E. (1981). *La teoría de la cosificación. De Marx a la Escuela de Frankfurt*. Alianza Editorial.
- Löwy, M. (2005). *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre O conceito de história"*. Boitempo.
- Manieri, D. (2007). Herbert Marcuse: teoria crítica e sociedade tecnológica. *CSONline. Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 1, 89-112. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17033>
- Marx, K. (2013). *O Capital: crítica da Economia Política* (Livro 1). Boitempo.
- Medeiros, J. L. G. (2021). A ciência afundada no Tsunami irracionalista: as raízes do ataque à razão. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 13(1), 443-464. <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43474>
- Melo, D. B. (2012). Ditadura "Civil-Militar"? Controvérsias Historiográficas sobre o Processo Político Brasileiro no Pós-1964 e os Desafios do Tempo Presente. *Espaço Plural*, 13(27), 39-53. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574>
- Neves, R. S. (2024). Nietzsche e a realidade enquanto aparência. III Seminário Internacional "Nietzsche nos Pampas". *Annales FAJE*, 9(1), 315-322. <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/annales/article/view/5612/5209>
- Oliveira, M. B. (2018). Pós-verdade: filha do relativismo científico? *Outras Palavras*. <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/pos-verdade-uma-filha-do-relativismo-cientifico/>
- Pachá, P. (2019, 18 february). Why the brazilian far right loves the European middle ages. *Pacific Standard*. <https://psmag.com/ideas/why-the-brazilian-far-right-is-obsessed-with-the-crusades/>

Rosa, M., & Orey, D. C. (2012). O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagens êmica, ética e dialética. *Educação e Pesquisa*, 38(4), 865-879. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012000400006>

Xia, J. (2011). An anthropological emic-etic perspective on open access practices. *Journal of Documentation*, 67(1), 75-94. <https://doi.org/10.1108/00220411111105461>

INFORMAÇÃO SOBRE O AUTOR

Mário Jorge da Motta Bastos: Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Associado do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, coordenador do *Translatio Studii*, pesquisador do Centro Ciro Cardoso de Pesquisa do Pré-Capitalismo e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6048-8824>
E-mail: velhomario@gmail.com

Nota:

O autor foi responsável pela concepção, análise e interpretação dos dados; redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, aprovação da versão final a ser publicada.

Editor associado responsável:

Terezinha Oliveira (UEM)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9841-7378>
E-mail: teleoliv@gmail.com

Rodadas de avaliação:

R1: Cinco convites; três pareceres recebidos

Revisor de normalização:

Adriana Curti Cantadori de Camargo